

superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal desta direcção regional, unidade orgânica criada pelo Decreto Regulamentar n.º 16/97, de 7 de Maio.

A presente nomeação fundamenta-se nos conhecimentos técnicos, na experiência na área funcional do cargo a prover e no exercício de funções dirigentes e na aptidão para o exercício das mesmas, bem como no *curriculum vitae*, e produz efeitos reportados a 19 de Agosto de 2005. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Curriculum vitae

Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, casada, natural de Angola, nascida em 30 de Agosto de 1963, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 28 de Julho de 1986.

Carreira profissional:

De 2 de Outubro de 1987 a 31 de Agosto de 1988 leccionou a disciplina de Direito na Escola Secundária Mouzinho da Silveira, em Portalegre, aos 10.º e 11.º anos de escolaridade;

Em 3 de Outubro de 1988 iniciou a prestação de serviços de natureza jurídica na DRAAL, Zona Agrária de Portalegre, no âmbito da gestão e estruturação fundiária, com especial destaque para a instrução de processos de reserva, ao abrigo da Lei de Bases da Reforma Agrária;

Em 6 de Fevereiro de 1990 celebrou com a DRAAL um contrato de trabalho a termo certo cujo objecto consistiu na prestação de trabalho de natureza jurídica, realização de estudos de apoio à decisão no âmbito da gestão e estruturação fundiária, consultadoria e contencioso;

Em 23 de Julho de 1990 foi nomeada, pelo chefe da Zona Agrária de Portalegre, responsável pelo SGEF — Sector de Gestão e Estruturação Fundiária da Zona Agrária de Portalegre;

Em 21 de Novembro de 1991, por despacho do director regional de Agricultura do Alentejo, foi nomeada estagiária da carreira de técnico superior, mediante celebração de contrato administrativo de provimento, com efeitos a 27 de Janeiro de 1992;

Em 5 de Julho de 1993 foi nomeada, pelo chefe da Zona Agrária de Portalegre, responsável pelos Serviços de Informação, Relações Públicas e Informática e pelo Serviço de Estruturação Fundiária;

Em 27 de Setembro de 1993, por despacho do director regional de Agricultura do Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 268, de 16 de Novembro de 1993, foi nomeada técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da DRAAL;

Por despacho de 13 de Março de 1996 do director regional de Agricultura do Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 30 de Março de 1996, foi promovida a técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da DRAAL, tendo passado a coordenar o Gabinete de Indemnizações Definitivas pela Reforma Agrária, em Portalegre;

Por despacho de 22 de Março de 2001 do director regional de Agricultura do Alentejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 82, de 6 de Abril de 2001, foi promovida a técnica superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da DRAAL;

Em 25 de Fevereiro de 2002 foi designada responsável pela Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos da DRAAL;

Por despacho de 8 de Março de 2002 do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, de 15 de Abril de 2002, foi nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos da DRAAL, com efeitos reportados a 25 de Fevereiro de 2002;

Por despacho de 7 de Outubro de 2002 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, publicado no *Diário da República*, n.º 252, de 31 de Outubro de 2002, foi nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso, no cargo de chefe da Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, com efeitos reportados a 25 de Fevereiro de 2002, cargo que tem vindo a exercer ininterruptamente, até à presente data.

8 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Augusto José de Sousa Gouveia*.

Despacho (extracto) n.º 20 470/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º, do artigo 21.º e do n.º 6 do artigo 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio

em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer o cargo de chefe da Divisão de Qualificação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo a licenciada Maria Elisete Soares Faustino Pinto de Barros, técnica superior principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal desta Direcção Regional, unidade orgânica criada pelo Decreto Regulamentar n.º 16/97, de 7 de Maio.

A presente nomeação fundamenta-se nos conhecimentos técnicos, na experiência na área funcional do cargo a prover e no exercício de funções dirigentes e na aptidão para o exercício das mesmas, bem como no *curriculum vitae*, e produz efeitos reportados a 19 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Curriculum vitae

Maria Elisete Soares Faustino Pinto de Barros, divorciada, natural de Beja, nascida em 9 de Junho de 1951, concluiu o curso de Regente Agrícola pela Escola de Regentes Agrícolas de Santarém em 1973 e o curso de Estudos Europeus pela Universidade Moderna de Lisboa em 29 de Outubro de 1994.

Carreira profissional:

Em 1 de Agosto de 1975 iniciou funções em regime de prestação eventual de serviços com a categoria de engenheiro técnico agrário de 3.ª classe no Centro Regional de Reforma Agrária de Beja;

Em 1 de Dezembro de 1977 ingressou no quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, com a categoria de engenheiro técnico agrário de 2.ª classe;

De 1981 a 1994 desempenhou funções na Divisão de Extensão Rural e Produção Agrária como monitora de acções de formação em gestão e contabilidade, técnica de projectos de investimento para jovens agricultores, coordenadora do 1.º curso de empresários agrícolas na Sub-Região de Beja, bem como apoio técnico a agricultores integrados no Projecto Agro-Pecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola e na análise das explorações agrícolas (cálculo de indicadores);

De 1994 a 1997 exerceu funções no Sector de Informação e Relações Públicas e de coordenação das medidas do PAMAF, na Zona Agrária de Barros e Alentejo Interior;

Em 19 de Maio de 1997, por despacho do Secretário de Estado da Agricultura, foi nomeada, em comissão de serviço, chefe da Divisão de Qualificação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo;

Em 2 de Fevereiro de 1998 exerceu funções de coordenação da Unidade Técnica de Avaliação e Acompanhamento da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo da medida n.º 6 do PAMAF;

Em 1 de Junho de 2000 foi nomeada para o grupo de trabalho da Rede de Centros de Formação Profissional Agrária;

Em 8 de Março de 2002, por despacho do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi nomeada, em comissão de serviço, precedendo concurso, no cargo de chefe da Divisão de Qualificação Profissional da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, cargo que tem vindo a exercer até à presente data.

8 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Augusto José de Sousa Gouveia*.

Despacho (extracto) n.º 20 471/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º, do artigo 21.º e do n.º 6 do artigo 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer o cargo de chefe da Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo o licenciado José Pedro de Avelar Machado Tavares, assessor principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal desta Direcção Regional, unidade orgânica criada pelo Decreto Regulamentar n.º 16/97, de 7 de Maio.

A presente nomeação fundamenta-se nos conhecimentos técnicos, na experiência na área funcional do cargo a prover e no exercício de funções dirigentes e na aptidão para o exercício das mesmas, bem como no *curriculum vitae*, e produz efeitos reportados a 19 de Agosto de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Curriculum vitae

José Pedro de Avelar Machado Tavares, casado, natural de Anjos, Lisboa, nascido em 17 de Março de 1951, concluiu o curso de Agro-

nomia, especialidade Agro-Pecuária, pelo Instituto Superior de Agro-nomia de Lisboa, em 9 de Setembro de 1975.

Carreira profissional:

Em 18 de Setembro de 1975 iniciou funções, em regime de prestação eventual de serviços, no Departamento de Produção do Centro Regional de Reforma Agrária do Distrito de Setúbal (CCRA);

Durante o ano de 1976 exerceu funções de subdirector do CCRA de Setúbal;

Em Fevereiro de 1977 ingressou na Brigada Técnica (BT) da XIII Região exercendo funções de coordenador para as grandes explorações e cooperativas agrícolas, responsável pelas actividades ligadas ao projecto de fomento da bovinicultura;

Em 1978, com a extinção da BT, ingressou na Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, exercendo funções de inspecção de searas;

Em Janeiro de 1980 foi nomeado subcoordenador do Recenseamento Agrícola do Continente;

De Agosto de 1982 a 7 Novembro de 1984 foi nomeado, em comissão de serviço, director de serviços da Zona Agrária de Santiago do Cacém;

De Dezembro de 1984 a Janeiro de 1986 exerceu funções de coordenação das actividades do PROCALFER para a Zona Agrária de Alcácer do Sal;

Em Janeiro de 1985, por despacho do director regional de Agricultura do Alentejo, foi nomeado representante da DRAAL junto do Núcleo de Agricultores da Herdade da Comporta, em acumulação com as funções de subcoordenador regional do PROCALFER;

Em Setembro de 1988 passou a coordenar a equipa técnica do Plano de Desenvolvimento Agrário Regional (PDAR) do Vale do Sado;

Em Novembro de 1991 coordenou as actividades da equipa técnica do PDAR do Baixo Alentejo Interior;

De 16 de Julho de 1996 até 7 de Agosto de 2000, por despacho do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, exerceu, em comissão de serviço, o cargo de director de serviços de Desenvolvimento Rural;

De Agosto de 2000 a 15 Janeiro de 2002 exerceu funções na Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo, coordenando projectos como o INTERREG e o LEADER;

Em 15 de Janeiro de 2002, por despacho do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, foi nomeado, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo, cargo que ocupa à presente data.

8 de Setembro de 2005. — O Director Regional, *Augusto José de Sousa Gouveia*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Despacho (extracto) n.º 20 472/2005 (2.ª série). — Por despachos de 3 de Maio de 2005 do presidente do Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica e de 27 de Maio de 2005 do director-geral das Pescas e Aquicultura:

Anabela de Faria Mendes, assessora da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — autorizada a transferência para o quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, com a mesma categoria e carreira, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2005. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Rectificação n.º 1614/2005. — Por se ter verificado lapso na rectificação n.º 1557/2005, inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 13 de Setembro de 2005, a p. 13 340, rectifica-se o despacho (extracto) n.º 17 372/2005 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005, a p. 11 510.

Assim, onde se lê «escalão 1, índice 460» deve ler-se «escalão 3, índice 500».

14 de Setembro de 2005. — Pela Direcção de Administração Geral, a Directora, *Maria Teresa Madureira*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P.

Despacho n.º 20 473/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e devidamente autorizado de harmonia com o n.º III-9 do despacho n.º 16 061 (2.ª série), de 30 de Junho de 2005, do director do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P., publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2005 (com a rectificação constante do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto de 2005):

1 — Subdelego na directora de serviços dos Serviços Financeiros e de Administração Geral, mestra Maria Manuela Salgado Canhão de Lucena e Valle, a competência para autorizar a realização de despesas com obras e com a aquisição de bens e serviços até ao montante máximo de € 5000.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

8 de Setembro de 2005. — O Subdirector, *Manuel Antunes Pinto*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 20 474/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e de harmonia com o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, delego, no director do Instituto Português do Sangue, licenciado José Augusto Almeida Gonçalves, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1.1 — No âmbito da gestão interna dos recursos humanos:

- Autorizar a prestação e o pagamento do trabalho extraordinário, nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, para além dos limites fixados nos n.ºs 1 e 2 da citada disposição legal;
- Autorizar a prestação e o pagamento de trabalho em dias de descanso semanal, de descanso complementar e feriados ao pessoal de chefia, no termos do n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- Autorizar a acumulação de funções ou de cargos públicos, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º e do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, com observância do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 413/93, de 23 de Dezembro;
- Autorizar a acumulação de funções públicas com o exercício de actividades privadas aos dirigentes de nível intermédio, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;
- Conceder licenças sem vencimento por um ano ou de longa duração, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, bem como autorizar o regresso destes funcionários à actividade, nos termos referidos e tendo por base a mesma habilitação legal;
- Autorizar a atribuição de horário acrescido, bem como fazê-lo cessar, nos termos dos regimes legais das carreiras.
- Autorizar a celebração de contratos de tarefa e de avença nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 299/85, de 29 de Julho, e nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio, com profissionais integrados em carreiras do Ministério da Saúde que tipifiquem os denominados «corpos especiais», sem a faculdade de subdelegar;
- Autorizar pedidos de equiparação a bolseiro no País ou no estrangeiro, nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 282/89, de 28 de Agosto;
- Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores dos serviços em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas semelhantes